

Governo e Universidade de Coimbra cooperam na área da Protecção Civil

FOTO: ARQUIVO

O protocolo visa a elaboração de trabalhos de prevenção, planeamento e gestão de emergências por parte dos decisores políticos, cidadãos, técnicos, cientistas, investigadores e agentes políticos no país e na região.

O objectivo “é perceber como se relacionam, em torno desta problemática, as instituições de Protecção Civil, da Emergência e do Socorro e como se percebem e monitorizam os perigos e as vulnerabilidades dos espaços nacionais, regionais, nacionais e globais”.

O Governo Regional dos Açores e o Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (UC) assinaram ontem um protocolo para o desenvolvimento de projectos no domínio dos estudos de risco de Protecção Civil.

O protocolo visa a elaboração de trabalhos de prevenção, planeamento e gestão de emergências por parte dos decisores políticos, cidadãos, técnicos, cientistas, investigadores e agentes políticos no país e na região.

O objectivo “é perceber como se relacionam, em torno desta problemática, as instituições de Protecção Civil, da Emergência e do Socorro e como se percebem e monitorizam os perigos e as vulnerabilidades dos espaços nacionais, regionais, nacionais e globais”.

Segundo o protocolo, de uma forma mais simples, “é fundamental perceber os riscos e quais as respostas imediatas e as que se prolongam no tempo que podem ser dadas, preparando a população a encarar as catástrofes sem alarmismo e evitando o caos”.

Para o secretário regional da Habitação e Equipamentos, José Contente, “há nos Açores uma nova forma de encarar a prevenção e auto-prevenção de riscos colectivos e atenuar as suas conse-



>> PROTECÇÃO CIVIL População vai ter cursos básicos

quências”.

José Contente garantiu que “será reforçada a intervenção junto das populações, de forma a fomentar o seu envolvimento na promoção da prevenção e da segurança”, para o que “vão ser realizadas acções de formação junto das diferentes comunidades das diferente ilhas”.

“Os cursos básicos de protecção civil, suporte básico de

vida, vão ser extensivos à população em geral, bem como a outras instituições, como escuteiros, associações recreativas, fundações, clubes desportivos e radioamadores”, adiantou.

O professor José Manuel Mendes, presidente do Conselho Científico do Centro de Estudos Sociais, sublinhou a importância que, actualmente, as populações conferem às

medidas de emergência, socorro e segurança, recorrendo à questão da “falta de popularidade” do presidente dos Estados Unidos da América.

“A falta de popularidade do presidente norte-americano George W. Bush não tem raízes na problemática que envolve a guerra do Iraque mas, sobretudo, nas consequências do furacão Katrina”, defendeu o catedrático.

Segundo José Manuel Mendes, “a uma teoria da preparação e de contingência devemos substituir uma abordagem estrutural da segurança das populações”.

Para isso, este novo paradigma assenta no estudo de técnicas, instrumentos e instituições governamentais que são mais relevantes para dar resposta ao bem-estar dos cidadãos.

Pretende-se, também, analisar quais os objectos de conhecimento e os tipos de intervenção a definir, que mantenham a segurança das populações, bem como a manutenção de um quadro de análise de longo prazo que atenda ao aprovisionamento da saúde pública e diminuição da pobreza. O protocolo prevê ainda a realização conjunta de conferências, seminários, estudos, congressos, cursos, inquéritos e sondagens nas áreas dos Estudos de Risco e Protecção Civil.

PROTECÇÃO CIVIL

**Governo e
Universidade de
Coimbra cooperam
em Protecção Civil**

» página 3